

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA¹

CONSIDERACIONES SOBRE LA RENOVACIÓN DE LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA

Astrogildo Luiz de FRANÇA FILHO²

Resumo: Este texto tem como seu objetivo levantar algumas reflexões acerca do movimento de renovação crítica da Geografia Brasileira que se inicia no final dos anos 70. Com um objetivo de tentar sistematizar questões referentes a este tema, cabe indagar que elementos o diferenciam das demais vertentes do pensamento geográfico brasileiro, como sua concepção, sua formação, seus atores e, sobretudo, seus principais temas abordados nesse período inicial.

Palavras-chave: Geografia Crítica, Renovação, Pensamento Geográfico Brasileiro

Resumen: Este texto tiene como objetivo plantear algunas reflexiones sobre el movimiento de renovación crítica de la Geografía Brasileña que empieza en el final de los años 70. En un intento de sistematizar las preguntas con respecto a este tema, hay que investigar qué elementos lo diferencian de otros aspectos del pensamiento geográfico brasileño y de su concepción, su formación, sus actores, y especialmente sus principales temas abordados en este período inicial.

Palabras clave: Geografía Crítica, Renovación, Pensamiento Geográfico Brasileño

Introdução

O que desejamos aqui é expor algumas considerações acerca do processo histórico responsável pela incorporação de toda uma gama de conceitos, categorias, métodos e abordagens distintas que vieram à tona em um determinado momento histórico do Brasil que nestes últimos trinta anos teve várias nomeações, a *Geografia Crítica* – a mais popular de todas – que aqui chamamos de Renovação Crítica da Geografia e que, sem dúvida alguma, deu partida a esta Geografia muito mais rica em termos de construção de uma linha teórica de análise, aliás, de várias linhas, ainda que também tenha sido responsável por diversos equívocos em seu percurso. O que importa, entretanto, é analisar criteriosamente e entender todo esse movimento de ideias, destacando suas reais contribuições a fim de que não cometamos os mesmos erros de outrora.

Entender as origens desse movimento, seus princípios orientadores, seus protagonistas mais destacados e, principalmente suas conseqüências no desenvolvimento da ciência geográfica e dos geógrafos torna-se mister para entender a geografia de nossos dias, até pelo próprio fato de que alguns acreditam que este movimento ainda sobrevive. Aqui buscamos assumir tal proposta a partir de uma das várias possibilidades existentes que

¹ Este texto corresponde a parte da dissertação de mestrado realizada com bolsa da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES).

² E-mail - astrogildodefranca@gmail.com

buscaremos explicitar adiante.

Geografia crítica ou renovação: mera questão de rótulos?

Se verificarmos o período que compreende os anos de 1978 a 1983, encontraremos um amplo espectro de referências a esse movimento, dentre os principais: *Geografia Nova*, *Geografia Libertadora*, *Geografia Marginal*, *Renovação*, *Geografia Atuante* e, por fim, *Geografia Crítica*.³ Essa observação, por si só, aponta certas características como a grande diversidade de visões sobre aquele momento e, conseqüentemente, a necessidade de identificá-las, trazê-las à tona e analisá-las.

Em se tratando das questões de nomenclatura, não se obteve uma explicação mais precisa sobre o porquê da adoção “oficial” do termo *Geografia Crítica* como a forma mais comum de denominação do período. Todavia, existem algumas hipóteses como, por exemplo, a relação com o livro *Por Uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica* a obra mais representativa do período (SANTOS, 2002). Outra possibilidade plausível apontada por (CAMPOS, 2001:12) se refere ao projeto de renovação do ensino promovido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, durante a gestão Franco Montoro (1983-87)⁴. Nesse caso, segundo o autor, a opção pelo termo *Geografia Crítica* deu-se já que o uso de terminologias como *Geografia Dialética* suscitariam uma resistência política maior do que a já existente por parte do corpo docente e da mídia na época. A popularidade do livro *Geografia: pequena história crítica* que, rapidamente, se tornou bibliografia quase obrigatória na disciplina de História do Pensamento geográfico/Introdução à Geografia ministrada nas universidades, já tendo alcançado sua vigésima edição e que se trata de uma publicação de importância histórica, também pode ser considerada, pois sem dúvida ajudou a popularizar o termo⁵.

A vista de tudo isso, hoje nos encontramos em um momento diferente da Geografia Brasileira, onde as pesquisas em História do Pensamento Geográfico dão sinais claros de maturação. Conseqüentemente encontramos-nos em uma época de aprofundamento e desvendamento de alguns rótulos.

Embora possa aparentar uma mera questão retórica, essa discussão nos permite colocar alguns pontos relevantes em pauta de discussão: *Primo*, qual nomenclatura pode ser considerada a mais adequada em termos de marco historiográfico? *Secundo*, que critérios metodológicos embasam estas duas alternativas? *Tertio*, essa pergunta oculta algum tipo de conflito, dualidade ou discordância de interpretações?

O largo uso do termo *Geografia Crítica* na geografia brasileira, ainda que ressaltemos a contribuição efetiva que possa ter realizado há tempos atrás, hoje mostra ter efeito nocivo, pois termina por fazer tábula rasa de toda a diversidade de tendências e formas de pensamento reunindo-as sob um único rótulo que, em si mesmo, nada revela: afinal de contas, o que é

³ Respectivamente: (SANTOS, 2002), (OLIVEIRA, 1980), (MOREIRA, 1980), (SILVA, 1983), (VALVERDE, 1983) e (MORAES, 1981).

⁴ O objetivo deste projeto consistia na reformulação de conteúdo para as escolas de 1º e 2º graus, incluindo uma “Proposta Curricular para o Ensino de Geografia”, realizada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), com a participação, dentre outras pessoas, de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ana Fani A. Carlos, Carlos Walter Porto Gonçalves, José Willian Vesentini, Odete Carvalho de Lima Seabra e Wanderlei Messias da Costa.

⁵ Para uma visão mais aprofundada sobre este livro ver: (RIBEIRO, 2005), (MORAES, 2005). Não pretendemos menosprezar a relevância de outras obras como *Introdução à Geografia-Geografia e Ideologia* de Nelson Werneck Sodré ou *Geografia: ciência da sociedade* de Manoel Correia de Andrade, porém é inegável o destaque do livro, mesmo em função de seu uso cotidiano até os dias de hoje nos cursos de graduação.

Geografia Crítica? Nos textos de protagonistas daquele momento, é constante a presença de relatos que colocam o caráter extremamente diversificado do movimento, incluindo desde geógrafos com tendências ligadas ao marxismo das mais radicais até liberais com ânsias de mudança na sociedade (sempre é preciso contextualizar, levando em consideração o momento histórico no Brasil, em meio a um processo iniciado de abertura política). Assim, o que se pode colocar de ponto comum a todas essas diferenças internas?

Uma possibilidade de interpretação é a que versa sobre uma espécie de “fio condutor” que aglutinava todas essas tendências internas, como nos é explicitado a seguir, opinião similar encontrada em outros autores da época.⁶

Pode-se dizer que os pressupostos básicos dessa 'revolução' ou reconstrução do saber geográfico eram a *críticidade* e o engajamento. Por *críticidade* se entendia uma leitura do real -- isto é, do espaço geográfico -- que não omitisse as suas tensões e contradições, que ajudasse enfim a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação. E por engajamento se pensava numa geografia não mais 'neutra' e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades sócio-econômicas e das disparidades regionais.(VESENTINI, 2007)

Outro ponto conseguinte ao primeiro é a dicotomização *Geografia Crítica versus Geografia Tradicional*. Além do mesmo rotulismo dado a essa “vertente tradicional”, acaba por gerar o discurso de uma pretensa superioridade da primeira em relação à segunda, considerando-a totalmente obsoleta e tornando, portanto, desnecessária a leitura de seus autores.⁷ Cabe uma reavaliação, que já vem sendo feita, de como os geógrafos entendem o desenvolvimento da Geografia, sobretudo no Brasil, onde é evidente este atraso em comparação com outros países. Em relação ao uso corrente de termos como *renovação*, ou até mesmo *revolução*, verificamos que isso não se constitui como uma novidade na Geografia.⁸ Nesses momentos a conotação utilizada sempre foi a de distinção e superação do velho perante o novo, entretanto, muitos aspectos permanecem até hoje na Geografia Brasileira, tendo havido apenas modificações superficiais na forma e no discurso.⁹

Todavia, ainda adotamos o termo *renovação*, pois além de evitar generalizações reducionistas (os famosos “guarda-chuvas” aonde tudo vai sendo colocado por debaixo),

⁶ Em (MORAES, 2005: 54) temos a seguinte definição para Geografia Crítica: *Esta denominação advém de uma postura crítica radical, frente à Geografia existente (seja a Tradicional ou a Pragmática) a qual será levada ao nível de ruptura com o pensamento anterior. Porém, o designativo de crítica diz respeito, principalmente a uma postura frente à realidade, frente à ordem constituída. São os autores que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma desse processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa.* Por sua vez, na introdução de uma coletânea de textos da época, (MOREIRA, 1980: 1) coloca: *Nesse conjunto de textos se evidencia uma interinfluência, sugerindo um subjacente debate no fluxo do qual cada autor se põe e repõe, convergindo e se separando, avançando em conjunto. Mais que isto, sugerindo um plano de indagação ansiosa da história concreta dos homens, no interior da qual, porque só então expressivo e transparente ,se indaga do saber geográfico: 'a geografia, o que é, para que serve e a quem serve?'*

⁷ A respeito do uso do termo *Geografia Crítica* como nomenclatura ver (DINIZ FILHO, 2003). Todavia deixamos claro que, embora concordando com várias observações do autor, achamos sua proposta contraditória, pois sustenta o uso do rótulo, à revelia de sua parca contribuição para o debate. Além disso, seu olhar aparenta estar mais comprometido em avaliar as consequências da influência marxista neste momento da geografia e não na Renovação em si, vista como movimento.

⁸ (BECKER, 1973), (OLIVEIRA, 1973) e (FAISSOL, 1989).

⁹ Podemos precisar alguns desses pontos como, por exemplo, a busca constante de legitimidade da geografia perante os demais ramos da ciência e a sociedade, a polêmica sobre a normatividade do conhecimento geográfico e, por fim, a questão do ensino de geografia na escola básica.

possui uma conotação que nos parece mais adequada, pois abre margem para uma interpretação mais ampla desse movimento da Geografia, mesmo porque possibilita compreender a “abertura” da Geografia para a Teoria Crítica e a ampla inserção do pensamento crítico, colocando a importância dos seus aspectos teórico-metodológicos. Essa observação é importante, pois dentre as contribuições da Renovação, talvez essa seja a mais expressiva para a Geografia até os dias de hoje.

Por fim, a partir da contribuição originalmente vinda de (MOREIRA, 1992), temos uma proposta de periodização em que a Renovação é identificada e disposta em dois momentos distintos e que, de certa forma, assimilou-se ao senso comum dos geógrafos brasileiros.¹⁰ Assim teríamos um primeiro momento, cronologicamente localizado entre o final da década de 70 e o final dos anos 80, fechando um período de aproximadamente dez anos e que seria caracterizada pelo desvendamento do potencial ideológico do discurso geográfico, distinguível em duas frentes de atuação: a *Geografia dos professores* e a *Geografia dos Estados-Maiores*,¹¹ sendo esta última transposta a uma escala maior chegando ao próprio sistema capitalista, exigindo assim, a elaboração de uma teoria geral do espaço relacionada ao movimento da sociedade. Num momento posterior, que corresponderia de meados da década de 90 aos nossos dias atuais, haveria uma atrofia e uma descontinuidade desse movimento, uma vez que este perde força em termos de ação política e, institucionalizando-se, termina por conduzir a nova linha científica dominante da Geografia, consolidando-se nas universidades e demais instituições (como a AGB).

Desta forma, é que temos em vista uma extensa pauta de estudos sobre esse momento particular da Geografia, com diversas possibilidades de pesquisa a serem feitas, desde elementos relacionados à história institucional (a AGB até hoje permanece sendo uma fonte importante de referência), passando por uma identificação mais precisa do papel dos protagonistas mais relevantes (de professores universitários até o próprio movimento estudantil), até os referenciais filosóficos que serviram de lastro para a grande abertura dos geógrafos, de forma geral, às preocupações teórico-metodológicas.

Alguns antecedentes históricos

No final dos anos 60 temos uma conjuntura internacional onde, nos EUA, já há um processo adiantado de consciência da crise que abate sobre a Geografia de forma especial onde os “Radicalistas” já estão em pleno processo de mobilização contra a Nova Geografia e, na França, já temos o lançamento da revista *Hérodote*, ocorrendo concomitantemente ao início da assimilação desta feita pelos geógrafos brasileiros, a destacar, o IBGE e a UNESP – Rio Claro.¹² Vendo dessa forma, não é de se estranhar que, já no início dos anos 70, surjam os primeiros questionamentos a seu respeito no Brasil. Não à toa, apenas anos mais tarde, no início dos anos 70, haveria uma percepção mais nítida desses eventos.¹³

Se por um lado, na primeira metade dessa década temos como destaque os geógrafos comprometidos com a veiculação da Nova Geografia, ou Geografia Quantitativa no Brasil, desde o final dos anos 60, por outro lado, não se deve considerá-la como o único grupo. Esta presença do quantitavismo na Geografia brasileira pela legitimação nos temas dos encontros

¹⁰ (MOREIRA, 1992: 6)

¹¹ Termo empregado por Lacoste (LACOSTE, 1974) e (LACOSTE, 2003).

¹² Comparação feita a partir do relato de (FAISSOL, 1989: 26-27). Outro relato (BERNARDES, 1973:6) permite perceber essa defasagem, embora não a acuse de maneira explícita: “*Partimos do reconhecimento de que essa fase de revolução, ou renovação, já alcançou nos principais centros geográficos mundiais a sua maturidade.*”

¹³ Conforme Corrêa apud Scarim (SCARIM, 2000: 211-212).

resiste até o 2º Encontro Nacional de Geógrafos de 1976, em Belo Horizonte. Entretanto, para quem se debruçar mais detidamente na produção geográfica da primeira metade dessa década é possível notar o início de uma conscientização de crise que normalmente só evidenciamos temporalmente a partir do ENG de 1978.¹⁴

Nesse sentido, em temas de mudanças institucionais nos chama a atenção a reforma do estatuto realizada em 1970 dentro da AGB, na medida em que ela permite a inserção dos professores de ensino médio, quando é realizada uma reforma do estatuto da entidade que permitirá a substituição da categoria de sócio efetivo pela de sócio titular.

Em 1970, nós fizemos uma reforma, em pleno regime militar, que eu achei altamente liberalizante. Essa reforma estabelecia que todas as pessoas que se inscrevessem na AGB e fossem formadas em Geografia, quer em licenciatura, quer em bacharelado, eram automaticamente consideradas sócias. Deixava de haver aquela seleção. As pessoas que eram formadas em outros cursos, os estudantes, ou aquelas pessoas que apenas gostavam de Geografia podiam ser sócios. (ANDRADE, 2002:17)

Também são notáveis algumas mudanças expressivas dentro do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo que, muito embora historicamente evitasse a entrada de professores diretamente ligados a setores da esquerda, no início dessa mesma década tem, entre seu quadro Armen Mamigoniam e Armando Corrêa da Silva.¹⁵ Talvez por esses motivos, alguns relatos apontam uma situação de certo vanguardismo por parte da AGB-São Paulo dessa época:

Do ponto de vista político, as mudanças na AGB já tinham começado aqui, na antiga Seção Regional de São Paulo, a qual já tinha aberto a possibilidade não só da participação dos estudantes na Associação, como também da participação, do exercício da democracia direta, na eleição para a entidade aqui de São Paulo. Isso ainda não ocorria na AGB Nacional, uma vez que havia uma distinção entre os sócios chamados titulares e os chamados colaboradores: estes últimos, evidentemente, podiam votar, mas não podiam 'ser votados'.

Assim, foi esse trabalho, feito em São Paulo, que funcionou como uma espécie de background a partir do qual foram possíveis as mudanças que começaram a ocorrer a partir de Fortaleza. Isso do ponto de vista da Geografia e da contribuição dos que estudam Geografia à Geografia. (OLIVEIRA, 2008: 23)

Somada às influências das revistas Antípode e Hérodote, já anteriormente mencionadas algumas primeiras repercussões concretas são aqui identificadas na edição nº 51, de 1976, do Boletim Paulista de Geografia publicado pela AGB-São Paulo. Juntamente com uma série de modificações que vão desde a parte gráfica da revista, num formato mais moderno em comparação aos números anteriores, até o conteúdo dos seus artigos, (Durante as edições de número 51 até o número 54, existem textos publicados onde se encontra uma temática já com diferenças em meio à Geografia predominante) o BPG, em seu editorial com o significativo título *Por que mudar?*, busca justificar-se da seguinte forma:

¹⁴ Aqui são dignos de referências os trabalhos de Armando Corrêa da Silva “Ciência e Valor em Geografia”, originalmente publicado em 1972, e “Geografia e Quantificação: Um Depoimento”. (SILVA, 1978)

¹⁵ Conforme relato de Armen Mamigoniam, (MAMIGONIAM, 1991/1992: 45-48) onde acrescenta: *Nos departamentos de Ciências Sociais e História os professores selecionavam seus auxiliares por mérito intelectual, convidando recém-formados alternadamente da esquerda e do centro-direita, mas na Geografia os de esquerda eram automaticamente excluídos.*

Uma política editorial foi definida levando em consideração *as necessidades e problemas que a Geografia e demais ciências humanas enfrentam no presente momento*, bem como as contribuições que os geógrafos podem e devem dar ao conhecimento da realidade, qualquer que seja o nível ou o setor em que atuam. (VIANA, 1976: 5. Grifo nosso)

Mais adiante, nesse mesmo editorial, constata-se que:

O debate amplo de idéias, a crítica e a autocrítica, tão importantes para o desenvolvimento de todas as ciências, costumam a se transformar numa prática dos geógrafos, especialmente dos geógrafos brasileiros. Nem mesmo os resultados de pesquisas são difundidos com rapidez. (...) Acreditamos, entretanto, que uma das limitações para a superação dessas dificuldades é a inexistência de uma publicação em que essas idéias possam ser expostas e debatidas.

“Nesse sentido, o Boletim Paulista de Geografia pode se transformar num instrumento de informações e debates e suprir, ao menos em parte, a uma das necessidades dos geógrafos brasileiros. (VIANA, 1976: 5)

Este documento nos apresenta dois pontos importantes: a) a existência de um debate já corrente em parte da comunidade geográfica que, receptiva às influências estrangeiras e suas próprias referências ideológicas, sente uma necessidade crescente de reavaliar suas idéias e expô-las; b) a dificuldade em exercer esse tipo de ação dadas as posições da Geografia Quantitativa e até mesmo a própria conjuntura política da ditadura.

Concomitantemente a esse percurso é preciso recuperar a ação da “Velha Geografia”, ou seja, de determinados geógrafos ainda ligados a concepção clássica francesa, que desaprovavam os rumos tomados pelo grupo formado pelo IBGE de Speridião Faissol e pela UNESP-Rio Claro de Antonio Chistofolletti. Nesse sentido, nomes como os de Armem Mamigoniam e Manuel Correia de Andrade, podem ser considerados representativos dessa resistência.¹⁶

Desde o início, a maior oposição às 'revoluções' disse respeito àqueles geógrafos cuja postura ideológica identificava-se com a linha marxista, inconformada com a desvalorização do processo histórico, necessário ao paradigma da 'formação social'. Contudo, com a repressão do governo militar no seu período mais violento, a oposição, embora certamente não omissa, não chegou a gerar um sério conflito. Foi algo que foi aumentando, pouco a pouco, para desencadear no final dos anos 70. (MONTEIRO, 2002: 25)

Isto confirma a análise de Armando Corrêa da Silva (SILVA, 1983/1984:73) sobre a produção geográfica do período entre o final da década de 70 e início de 80, trabalhos estes feitos por aqueles membros da comunidade geográfica *então descontentes com a situação oficial de sua disciplina*. Entretanto, de acordo com as observações feitas pelo autor nessa fase, o andamento dessas publicações indicava apenas um mero momento de “modernização conservadora”, pelo fato de que, *como não ocorria a ruptura política, a ruptura teórica descansava no leito da indiferença oficial*.¹⁷

O grande rebuliço, no entanto, se dá com a publicação do texto de Lacoste intitulado

¹⁶ (MAMIGONIAM, 1991/1992), (VALVERDE, 1991/1992), (ANDRADE, 1991/1992). Entretanto, se existia essa oposição por parte desses geógrafos, também podemos interpretar essa ação como uma oposição dessa geração, tradicionalmente ligada à concepção clássica, à Nova Geografia.

¹⁷ (SILVA, 1983/1984: 76)

A Geografia e, anos depois o livro *A Geografia – isto serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*.¹⁸ A crítica feita por Lacoste surte um efeito de maior impacto na comunidade geográfica, tanto nos professores quanto nos estudantes, até mesmo pela sua crítica contundente num estilo até certo ponto agressivo. É através de Lacoste que surge a denúncia à existência de uma geografia escolar de atitude e formação extremamente alienantes e de uma geografia dos estados maiores de caráter estratégico e político utilizada pelos Estados-Nacionais. Através de seu texto, demonstra como uma é utilizada para mascarar as utilidades da outra, simulando uma “disciplina enfadonha” e veiculando uma falsa idéia, a de que das coisas sem serventia uma delas é a geografia.

Tais características tornam essas duas obras de Lacoste de uma popularidade incrível, principalmente entre os estudantes de graduação, já que se tratava de um autor até certo ponto negligenciado pela academia.¹⁹ Porém, verifica-se que a grande contribuição dada por Lacoste a esse período, no entanto, parece se limitar a esse perfil de denúncia da Geografia como legitimadora de um discurso dominante:

O incrível em tudo isso, é o destino que vai ter *A Geografia*. É matéria de mistério a trajetória deste texto-ensaio. De um libelo de extraordinária clareza dos nossos problemas e questões centrais, acabou sendo ele tomado como um puro texto de agitação. Parece inacreditável que não o tenhamos entendido quanto ao que era, um verdadeiro programa de ruptura conceitual. (MOREIRA, 2000: 31)

Isto, porém, dá o tom necessário para que o primeiro momento da Renovação seja o momento da crítica ideológica, onde ela aparece como “gatilho” dos acontecimentos posteriores. O prosseguimento se daria mais tarde a partir do livro “*Por Uma Geografia Nova*” de Milton Santos, de 1978, onde sua grande contribuição está na sua proposta teórica de considerar o espaço geográfico como objeto de estudo. Nesse momento, o cenário caracterizado por esta movimentação interna da Geografia, somada a conjuntura nacional de pressão da esquerda pela abertura política brasileira faz com que surjam grupos que fazem um trabalho de reflexão, crítica e atuação.

O cenário que se configurava no Brasil contagiou o ambiente da AGB, e Rio de Janeiro, apresentavam sinais de organização através de entidades, que de maneira discreta, iam dando conta das políticas que apresentadas pelo discurso da ciência geográfica, estavam na ordem de uma sociedade reprimida. A Geografia, em particular, vive um estado de efervescência. Em várias partes dos país, surgem movimentos de crítica e renovação que impulsionam a ciência no caminho de sua redescoberta (...) Então, a AGB, de certa forma, sofreu a crítica de todo um autoritarismo na forma da aceitação dos sócios. (ANTUNES, 2001: 45)

Assim, é possível entender como todos esses episódios que se desenrolaram durante aquela década acabaram por convergir no Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado em Fortaleza no ano de 1978. Este ENG surge como um momento de eclosão daquele período histórico de início de abertura política no país dentro da Geografia Brasileira e, na AGB, como resultado de uma demanda dos geógrafos e estudantes organizados de mudanças radicais nos direcionamentos da entidade.

Surge este grupo antes do Encontro da AGB acontecer, de modo que eu não

¹⁸ Lançados em língua portuguesa respectivamente em 1974 e 1978.

¹⁹ (VESENTINI, 2007) e (MOREIRA, 2000)

fui em 78 fisicamente. Mas as pessoas com as quais a gente se reunia, discutia e os que lá estiveram, essas pessoas reverberaram lá no Encontro todo o debate discutido aqui. Só depois eu descobri que isso aí era um fenômeno geral no Brasil. Pipocavam grupos por todo o Brasil e esses grupos se conheceram lá e isso virou um movimento de mudança. (...) E também tentando convencer a AGB em mais uma das entidades da sociedade civil. Mais uma entidade na luta pela democratização etc. (MOREIRA, 2003 *apud* ALENTEJANO, 2004: 148)

Ou seja, a AGB se mostra neste momento entre os anos de 1970 e 1980, como um palco fundamental para se entender as transformações em curso na Geografia Brasileira por seu caráter aglutinador das principais discussões da pauta dos geógrafos.²⁰

A partir da renovação jurídica-estatutária da entidade, as bases de sustentação da entidade são constituídas, sobretudo de estudantes de graduação e professores da escola básica, distribuídos nas Seções Locais espalhadas pelo país, transformando o que era uma AGB elitista até então, acessada apenas por pesquisadores já consolidados e seus acólitos, em uma associação ampla e participativa, característica esta que permanece até os dias de hoje conforme nos assinala Andrade:

O choque decisório se deu no Encontro Nacional de Fortaleza, de 1978, quando a comunidade se viu fortemente dividida e os estudantes, muitos deles não associados à AGB, passaram a controlar o processo decisório. (ANDRADE, 1991: 149)

Mais uma vez, é preciso que consideremos todo o contexto histórico que está acontecendo, dentro de todo um movimento de abertura política. Após os anos de ditadura militar, os movimentos sociais encontravam-se articulados, singularmente os sindicatos dos trabalhadores e o movimento estudantil. Portanto, temos uma conjuntura única, pois se somam:

1. A estrutura renovada da AGB juntamente e a sua ligação, por parte de seus membros, com essas entidades representativas;
2. O próprio movimento da época de ampla crítica ao governo militar;
3. A discussão interna dos geógrafos acerca do perfil ideológico da geografia esta tendo Lacoste como grande provocador, necessitando de uma reelaboração que visasse contribuir como instrumento de luta para as melhorias da sociedade.

Por fim, como observa Oliveira (OLIVEIRA *apud* SCARIM, 2000: 187), o declínio da chamada Nova Geografia, nos finais dos anos 70, também terminou por promover uma onda de adesão ao rótulo “geografia crítica”, por tornar-se o “guarda-chuva politicamente bom”, debaixo do qual teriam se abrigado vários geógrafos; homogeneizando e, por consequência, tornando cada vez mais imprecisa a filiação marxista na Geografia.

²⁰ Para entender melhor a importância da AGB na história da Geografia no Brasil: (ANDRADE 1985 e 1991) e (MAMIGONIAM, 1991), entre as obras mais antigas. Já entre as mais recentes: (ANTUNES, 2006) além de outros trabalhos isolados que podem ser encontrados em várias das publicações da AGB.

Tendências dentro da renovação

O perfil pluralista dos intelectuais associados ao Movimento de Renovação Crítica da Geografia não permite configurá-los dentro de um bloco homogêneo de ação com um direcionamento político estreitamente delimitado. Ao contrário, se por um lado, podemos incluí-lo majoritariamente numa linha de esquerda na comunidade geográfica, por outro as posições destes geógrafos dentro dessa mesma comunidade não são as mesmas, pois temos, dentro deste conjunto, desde professores de carreira acadêmica já estabelecida na academia, geógrafos em nível de graduação e pós-graduandos desenvolvendo suas atividades docentes e estudantes de graduação, estes últimos com ações que buscavam aliar formação científica com a militância política.

Como apontamos a pluralidade de tendências internas entre esses geógrafos, também podemos entender nas fontes das quais foram obtidas essas referências teóricas, uma heterogeneidade característica da esquerda brasileira do período como um todo, portanto, também aplicável ao pensamento geográfico da Renovação, uma vez que, de maneira geral, trata-se, antes de qualquer coisa, de um movimento inédito de hegemonização da esquerda geográfica dentro de seu campo científico.

Haja vista este retrospecto, no que diz respeito às referências marxistas, o Movimento de Renovação apresenta similaridades com o próprio movimento da esquerda brasileira, na medida em que, em seus textos, podemos encontrar tanto representantes das variantes clássicas do pensamento marxista, quanto seus intérpretes associados ao *marxismo ocidental*. Scarim, ao reforçar a identificação dos posicionamentos políticos de geógrafos com a inovação teórica no corpo da disciplina, coloca que, “desde a década de 50 e 60” e, sobretudo, no bojo da “*influência de Jean Tricart e Michel Rochefort na área de geográfica urbana*”, surgiram “*trabalhos de influência da dialética*” (SCARIM, 2000: 160).

Nessa direção, as “*formulações derivadas do legado teórico de Marx não [seriam] consideradas sob nenhum aspecto na discussão geográfica*”, sendo a atitude “*adotada pelos geógrafos possibilistas franceses em relação ao marxismo [...] de um olímpico desconhecimento*”²¹. O impulso para a *Geografia Crítica* teria vindo da militância de geógrafos na esquerda política, não havendo, assim, um “acesso à teoria marxista pela via acadêmica”, desconectado o referencial marxista da geografia.²²

As imprecisões na delimitação das diversas filiações marxistas até hoje causam bastante confusão, principalmente com o uso do rótulo Geografia Crítica, diretamente associado à Geografia Marxista, como é o caso da definição feita por Diniz Filho (DINIZ FILHO, 2002), onde a identificação do marxismo como a linha filosófica dominante é colocada como critério de classificação. Dentro desse pressuposto, o autor identificou alguns pontos comuns desse diálogo teórico que, para ele, sintetizam as características principais da Geografia naquele momento e nos dias atuais:

- a) no plano epistemológico, subsidiando os esforços de redefinição do objeto da disciplina, fornecendo um método de análise que se procurava aplicar a esse objeto e ainda um discurso que atribuía ao método marxista uma cientificidade inquestionável;
- b) no plano teórico, por oferecer uma teoria crítica ampla do capitalismo e um sistema de conceitos e teorias mais específicas passíveis de serem aplicadas no estudo de temas geográficos;
- c) na esfera ideológica, moldando (e ao mesmo tempo *se amoldando*) à “visão de mundo” dos geógrafos, isto é, as representações e valores simbólicos que orientam seus posicionamentos políticos;
- d) no plano deontológico,

²¹ (ESCOLAR e MORAES apud BOMFIM, 2007: 180)

²² (PORTO GONGALVES apud SCARIM, 2000: 165-166)

estabelecendo a existência de um estreito vínculo entre ciência, ética e política e enfatizando a necessidade da ação militante, a qual deveria tomar por base os pressupostos teóricos e metodológicos mencionados para assumir um caráter científico e socialmente transformador. (DINIZ FILHO, 2002: 83)

Esta confusão e generalização podem ser creditadas, entre outros motivos, ao fato da Renovação, ter permitido a criação de um “modismo” novo no discurso geográfico, com a presença de novos termos que são adequados à linguagem do geógrafo. Esse “modismo”, associado com a multiplicidade de interpretações diferentes do marxismo dentro da Geografia, torna-se plausível como hipótese para justificar a falta de aprofundamento por parte da maioria da comunidade geográfica e a consequente leitura superficial do marxismo dentro da Geografia.

Ao fazer um simples levantamento empírico, utilizando algumas das obras mais relevantes do período inicial da Renovação, (SANTOS, 1982 e 2002) e (MOREIRA, 1982), podemos ter uma visualização mais clara das referências desses autores, que obras mais utilizadas e, em que proporção podemos localizar exemplos do marxismo “clássico” e do marxismo “ocidental”. (Quadros 2 e 3) Chamamos a atenção, em ambos os quadro, para as citações de Althusser e de Martha Harnecker.

As citações de Althusser e Harnecker assinalam algumas das principais temáticas do estruturalismo althusseriano no conjunto de idéias desses autores, como o conceito dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Em 76 foi o primeiro contato que a gente teve com o Milton. (...) Eu me lembro até hoje, eu falei, ‘Olha, professor, eu quero já dizer para o senhor que eu não concordo com essa sua visão de que o espaço é uma instância, que tem nos seus textos, e que eu não concordo com isso por que para mim o espaço não é uma instância, isso para mim, é uma influência Althusseriana no seu trabalho,’ nessa época eu já tinha feito autocrítica do Althusser, ‘é uma influência Althusseriana.’ E aí ele ficou me olhando, assim sério, não respondeu nada no começo, né? Pensou um pouquinho, ele: ‘Você tem certeza do que você está falando?’ Eu disse: ‘Tenho sim, professor!’ Ele disse: ‘Então, nós temos muito a discutir!’ (OLIVEIRA *apud* SCARIM, 2000:17)

É em Milton Santos (SANTOS, 2002) que observamos nitidamente a adoção de elementos teóricos provenientes da influência estruturalista de Althusser. Em sua proposta de delimitação do espaço como objeto central da Geografia, há um esforço por parte do autor em respaldar a categoria espaço como elemento imprescindível nas análises das ciências sociais. Afinal de contas, como é possível entender a sociedade se esta, em sua prática cotidiana, realiza suas atividades *como e no* espaço?

O próprio marxismo fica sendo visto no plural. (...) Há o texto, de um menino aqui do Rio de Janeiro, Marcelo José Lopes de Souza, que eu acho um texto importantíssimo para criticar uma Geografia de inspiração Estruturalista que em minha opinião foi a hegemônica, que entrou um pouco via Althusser, Martha Harnecker, lá nos anos 70, 80. (...) O Milton vai chamar o espaço como instância, então tem instância jurídica, política, ideológica, são instâncias, e a instância espacial. Daqui a pouco algumas pessoas vão começar a ver a luta entre instâncias, não tem lutas de classes nessa teoria. (GONÇALVES *apud* SCARIM, 2000: 92)

**Quadro 1 – Relação de Autores Marxistas Citados na Coletânea
Geografia: Teoria e Crítica**

Geografia: Teoria e Crítica			
Autor	Autores Marxistas	Título	Nº
Milton Santos	Lenin	Materialismo e Empirocriticismo	1
	Marx	Formações Econômicas Pré-Capitalistas	1
Ariovaldo U. de Oliveira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a Contradição	1
	Marx	Contribuição para a Crítica da Economia Política	3
Ruy Moreira	Engels	A Dialética da Natureza	1
	Lefebvre	A Reprodução das Relações de Produção / O Pensamento de Lenin	2
	Engels via Althusser	Posições	2
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado	2
	Kosik	Dialética do Concreto	1
	Balibar	Para Ler o Capital	1
	Harnecker	O Capital: Conceitos Fundamentais	1
Antonio C. R. Moraes	Lukács	Existencialismo ou Marxismo / As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem / Trabalho e Teleologia	8
	Marx e Engels	A Ideologia Alemã	1
	Marx	O Capital / Formações Econômicas Pré-Capitalistas	2
Armando C. da Silva	Lukács	Prolegômenos a uma Estética Marxista	8
	Althusser	Análise Crítica da Teoria Marxista	1
Carlos W. P. Gonçalves	Marx e Engels	A Ideologia Alemã	1
	Marx	O Capital	2
Roberto L. Corrêa			-
Myrna T. R. Viana	Engels	Contribuição ao Problema da Habitação	1
Ariovaldo U. de Oliveira	Kautsky	A Questão Agrária	1
	Marx	O Capital	2
	Marx e Engels	A Ideologia Alemã	1
	Mao-Tsé-Tung	Sobre a Contradição	1
Ana Clara Ribeiro			
Nelson Fernandes	Kautsky	A Questão Agrária	2
Milton Santos			
Roberto L. Corrêa	Marx	O Capital	1
	Lênin	El Desarrollo Del Capitalismo em Rússia	1
	Mandel	Iniciação à Teoria Econômica Marxista	1
	Althusser	Aparelhos Ideológicos de Estado	1
Orlando Valverde			
Ruy Moreira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a Prática / Sobre a Contradição	2
	Sanchez Vásquez	Filosofia da Práxis	1
	Lukács	Existencialismo ou Marxismo	1
	Goldman	Dialética da Cultura	1

Fonte: (MOREIRA, 1982)

Quadro 2 – Relação de Autores Marxistas Citados na Coletânea Novos Rumos da Geografia Brasileira

Novos Rumos da Geografia Brasileira			
Autor	Autores Marxistas	Título	Nº
Armando C. da Silva	Marx	Prefácio a Contribuição à Crítica da Economia Política	1
Roberto L. Corrêa			-
Ruy Moreira	Mao-Tsé-Tung	Sobre a Contradição	1
	Lukács	Existencialismo e Marxismo / História e Consciência de Classe	2
	Gramsci	Concepção Dialética da História	1
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado	1
	Kosik	Dialética do Concreto	1
	Harnecker	O Capital: Conceitos Fundamentais	1
Roberto L. Corrêa	Marx	O Capital	1
	Lênin	El Desarrollo Del Capitalismo em Rússia	1
	Althusser	Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado	1
	Mandel	Iniciação à Teoria Econômica Marxista	1
Ariovaldo U. de Oliveira	Marx	O Capital	3
	Lênin	Materialismo e Empiriocriticismo	3
		Que Fazer?	1
	Engels	Anti-Düring	1
	Mandel	Os Estudantes, os Intelectuais e a luta de classes	1
Antonio C. R. Moraes e Walnderley M. da Costa	Gramsci	Os Intelectuais e a Organização da Cultura	1
	Kosik	Dialética do Concreto	1
	Marx	Formações Econômicas Pré-Capitalistas	1
		O Capital	6
	Marx e Engels	A Ideologia Alemã	2
Milton Santos			-
Carlos Walter P. Gonçalves	Rosa Luxemburgo	A Acumulação do Capital	1
	Gramsci	Maquiavel, a Política e o Estado Moderno	1
	Trotsky	A Revolução Permanente na Rússia	1
	Marx	Grundrisse	1
		O 18 Brumário de Luís Bonaparte	1
		O Capital	1
		Lênin	Imperialismo, fase superior do Capitalismo
Manoel F. G. Seabra	André G. Frank	Desenvolvimento da Crise e do Comércio Exterior	1

Fonte: (SANTOS, 1982)

A partir dessa linha argumentativa, a idéia sustentada por Santos é a que, a partir de uma perspectiva da totalidade como um todo estruturado em seu eterno devir, o espaço se caracteriza como um elemento constituinte dessa mesma totalidade. Nessa concepção, trata-se de dar a esta categoria peso correspondente a outros aspectos da sociedade.

Estrutura social como as demais instâncias da sociedade, o espaço dispõe, também, de um certo número de características particulares que fazem dele algo diferente no conjunto das instâncias sociais. (SANTOS, 2002: 190)

O raciocínio pelo qual Santos opta em ratificar sua visão do espaço se apóia numa interpretação clássica do pensamento marxista sobre a sociedade mediada pela relação entre a infra-estrutura e a superestrutura onde, nesse jogo de instâncias, entre as quais se identificam a instância ideológica e jurídico-política, estas determinadas pela instância econômica, se incluiria também a instância espacial. Dentro desse esquema, o espaço aparece não apenas como expressão material das relações econômicas geradas na sociedade, mas também como fator condicionante dessas mesmas ações humanas, ou seja, com isso, o autor evita cair na tentação de dar à instância econômica, a primazia definitiva das determinações em toda a estrutura social, como se observa na sua concepção de totalidade, onde esta *está acima das suas subestruturas e sobreleva a sucessão, no tempo, das diversas específicas*.²³

Em 76 foi o primeiro contato que a gente teve com o Milton. (...) Eu me lembro até hoje, eu falei, 'Olha, professor, eu quero já dizer para o senhor que eu não concordo com essa sua visão de que o espaço é uma instância, que tem nos seus textos, e que eu não concordo com isso por que para mim o espaço não é uma instância, isso para mim, é uma influência Althusseriana no seu trabalho,' nessa época eu já tinha feito autocrítica do Althusser, 'é uma influência Althusseriana.' E aí ele ficou me olhando, assim sério, não respondeu nada no começo, né? Pensou um pouquinho, ele: 'Você tem certeza do que você está falando?' Eu disse: 'Tenho sim, professor!' Ele disse: 'Então, nós temos muito a discutir!'.(OLIVEIRA *apud* SCARIM, 2000: 17)

Essas exceções, porém, não nos permitem negar que, em sua definição do objeto, Santos acaba abrindo margem, através da adoção de um esquema althusseriano-harneckiano, para uma primazia da estrutura, fato esse que corresponde a uma influência direta da concepção estática advinda do pensamento estruturalista. O resultante de um papel autonomizante às estruturas acaba por diminuir e, em alguns casos, impossibilitar à investigação a capacidade de perceber, identificar e legitimar as ações efetivas do sujeito. Este, portanto, cede seu lugar como ator na história para tornar-se um ente meramente determinado pelas estruturas, inibindo-o sua capacidade transformadora. Uma das principais críticas a essa concepção de espaço como instância foi feita por Souza (1988), em que, embasado pela leitura de Castoriadis, ou seja, por uma crítica de esquerda, rejeita tanto essa idéia, como o rótulo apresentado por Santos de "Espaciologia".

Sob o ângulo das abordagens controladas pela lógica identitária não se trata, resumindo, de ler *aspectos* ou *dimensões* constituintes de uma realidade social, resguardando ao mesmo tempo a total integridade desta enquanto ser dinâmico, complexo e indivisível. O que cumpre fazer é esquartejar a realidade, atribuindo aos seus membros decepados, uma espécie de vida própria que verdadeiramente não têm, espelho de uma concepção racionalista da Sociedade da qual deriva uma fragmentação do conhecimento de algum modo sempre presente nos marxismos. Entre estes, a aberração maior é, sem contar com a grosseria do stalinismo, o estruturalismo, que gozou e ainda goza de grande popularidade junto aos "marxistas de academia". De fato, Althusser e seus epígonos, na tentativa de livrar o marxismo do economicismo e do reducionismo (para o que, sem dúvida, foram obrigados a livrar-se em parte do próprio Marx), desembocaram numa combinatória de "instâncias", "níveis" ou "estruturas" onde, conforme o modo de produção, um ou outro destes níveis, estruturas ou instâncias seria o "dominante", mas o "determinante em última

²³ (SANTOS, 2002: 184).

instância" seria sempre o econômico, sofisticação formal por trás da qual continua a fazer-se presente o economicismo. Além disso, as autonomizações de estruturas vem na esteira de um pensamento que promove uma disjunção entre práticas (atores) e estrutura (sistema), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção. É à luz deste tipo de comprometimento do marxismo que devemos avaliar os espaciólogos e seus interlocutores, para os quais o estruturalismo tende a ser uma fonte de inspiração metodológica privilegiada. (SOUZA, 1988: 29-30)

Nessas críticas já encontramos um segundo momento teórico da Renovação onde não apenas há a entrada de novos atores com novas características em cena como a inserção de outras referências de pensamento que, se não são de continuidade com o temário de marxismo, atestam a afirmação de uma linha onde a Teoria Crítica ganha força e se desenvolve, entretanto já com diferenças bem distintas desse período inicial.

Para não concluir...

Para entender todo esse contexto, é fundamental o entendimento da Renovação como momento de ascensão da esquerda da comunidade geográfica, numa fértil situação da história brasileira que se desenhou no final dos anos 70 e início de 80, marcada pela abertura política. As especificações desse movimento e a maneira pela qual o marxismo se destacou como opção teórica-metodológica privilegiada não prescindem, em momento algum, às transformações que ocorriam na própria esquerda brasileira como um todo.

A parca bibliografia encontrada revela uma interessante lacuna acerca dos possíveis interstícios envolvendo os geógrafos e o Marxismo e, a partir desse pressuposto, as conseqüências no campo teórico. Nesse sentido, cabem investigações mais específicas sobre a produção destes geógrafos com vistas ao destrinchamento de suas matrizes teóricas. O mesmo pode se dizer sobre as mudanças que ocorrem no campo científico dos geógrafos referentes a identificação de seus direcionamentos políticos, bem como dos discursos geográficos atrelados a estes e suas e suas conseqüências.

No processo de intensificação do diálogo com o marxismo também se verifica a mesma miscelânea de direcionamentos teóricos, seja na perspectivas clássicas do marxismo até suas vertentes mais ligadas ao mundo acadêmico, como o chamado "marxismo ocidental". Em meio a onda do estruturalismo francês, que se desdobra em sua versão marxista com a presença de Althusser na América Latina graças às versões "traduzidas" de seu pensamento a partir de seus alunos, sobretudo a inegável relevância de Martha Harnecker, esse marxismo estruturalista de "segunda mão" é largamente difundido tanto entre os círculos militantes quanto em determinados setores da esquerda acadêmica.

Os geógrafos de esquerda frente a esses acontecimentos e à conjuntura política do país também estiveram sujeitos em algum nível a essas influências, nos dois grupos acima relatados. Em seu esforço de construção de uma nova teoria para a Geografia, o diálogo com o marxismo, em um momento inicial, não pode deixar de estar refém dessas circunstâncias. Assim, na Renovação Crítica da Geografia, é notável a identificação de um marxismo de origem althusseriana, pelo menos nos seus primeiros anos, uma vez que a própria crise do pensamento de Althusser e seu isolamento na academia permitiram seu paulatino abandono, apontando já o limiar de um novo momento nesse processo de Renovação.

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **AGB-RIO: 68 anos de história**, in: Revista Terra Livre. São Paulo, AGB, nº 22, 2004. p. 145-152

ANDRADE, Manuel Correia de. **Entrevista concedida a Luiz Claudio Zanotelli** in: Revista Geografares, Vitória, nº 2, 2002, p. 13-23

_____. **A AGB e o Pensamento Geográfico no Brasil**, in: Revista Terra Livre. São Paulo, AGB, nº 9 1991. p.143-152

_____. **O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB-São Paulo, nº 54, 1977. p. 5-28

ANTUNES, Charlles da França. **Os Estudantes e a Construção da Geografia Brasileira - um encontro nos Encontros Nacionais de Estudantes de Geografia**. Niterói. Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense, 2001. 168 p. (Dissertação, Mestrado em Ciências: Geografia).

BECKER, Bertha. **A Renovação da Geografia no Brasil**. in: Simpósio Renovação da Geografia – AGB/XXV Reunião anual da SBPC. Rio de Janeiro. AGB: 1973. 117-131

BERNARDES, M. C. Lysia. **Introdução** in: Simpósio Renovação da Geografia – AGB/XXV Reunião anual da SBPC. Rio de Janeiro. AGB: 1973. p. 5-8

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A Ostentação Estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)** São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007. 377 p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

CAMPOS, R. R. . **A Geografia Crítica Brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais**. Geografia , Rio Claro (SP), v. 26, n. 03, 2001, p. 05-36.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia** In: *Scripta Nova* - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Vol. Xi, Núm. 245 (3), Barcelona: 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24503.htm> Último acesso em 20/11/2008.

DINIZ FILHO, L. L. . **Certa Má Herança Marxista: Elementos para Repensar a Geografia Crítica**. In: Francisco de Assis Mendonça e Salete Kozel. (Org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. 1 ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2002, v. 1, p. 77-108.

DINIZ FILHO, L. L. . **A Geografia Crítica Brasileira: Reflexões sobre um Debate Recente**. Geografia (Rio Claro), Rio Claro (SP), v. 28, n. 3, 2003, p. 307-322

ESCOLAR, Marcelo; MORAES, Antonio Carlos Robert. **Pierre George: Compromiso Político, Fragilidad Teórica y Temática Regional**. In: II Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevidéu, 1989, p. 173-184

FAISSOL, Spiridião. **A Geografia Quantitativa no Brasil: Como foi e o que foi?** In: Revista Brasileira de Geografia. IBGE. Rio de Janeiro, , vol 51, nº 4. 1989. p. 21-52

LACOSTE, Yves. **A Geografia**, in: CHATELET, Francois (org.), História da Filosofia – Idéias, Doutrinas, vol 7 A Filosofia das Ciências Sociais – De 1860 a Nossos Dias. Rio de Janeiro, Editora Zahar: 1974. p. 78-109.

_____. **A Geografia, isto serve, antes de mais nada, para fazer a guerra.** São Paulo, Editora Papirus: 2003.

MAMIGONIAM, Armen. **Entrevista** in: Revista Geosul. DEGEO-UFSC, Santa Catarina: 1991/1992. p. 43- 56.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil ao longo do Século XX: Um Panorama.** Borrador n ° 4. AGB-São Paulo, São Paulo: 2002. 49 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico: Alexandre Von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel.** São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983. 485 p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana)

_____. **Geografia – Pequena História Crítica.** São Paulo, Editora Hucitec: 1981.

MOREIRA, Ruy **Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988**, in: Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente, AGB- Presidente Prudente: 1992. p. 5-39

_____. **O que é Geografia.** São Paulo, Editora Brasiliense: 1980.

_____(org.) **Geografia: Teoria e Crítica. O Saber posto em questão.** Petrópolis, Editora Vozes: 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Entrevista com Ariovaldo Umbelino de Oliveira** in: Boletim Paulista de Geografia nº 88, AGB-São Paulo: 2008. p. 7-40

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **É possível uma “Geografia Libertadora”?** In Geografia e Sociedade – Os Novos Rumos do Pensamento Geográfico. Petrópolis, Vozes: 1980. p 13 -18

OLIVEIRA, Livia de. **A Renovação na Geografia.** in: Simpósio Renovação da Geografia – AGB/XXV Reunião anual da SBPC. Rio de Janeiro. AGB: 1973. 9-22

RIBEIRO, Wagner Costa. **Uma Outra História Crítica?** in: MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Pequena História Crítica. 20 ed. São Paulo: Annablume, 2005, p. 17-21

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova – Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** São Paulo, EDUSP: 2002.

_____. (org.) **Novos Rumos da Geografia Brasileira.** Editora HUCITEC, São Paulo: 1982.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da Crítica – Uma Contribuição ao estudo do Movimento de Renovação Crítica da Geografia Brasileira**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2000. 268 p. (Dissertação, Mestrado em Ciências: Geografia Humana) 248 p.

SILVA, Armando Corrêa da. **A Renovação Geográfica no Brasil – 1976-1983: As Geografias Radical e Crítica na Perspectiva Teorética**, in: Boletim Paulista de Geografia São Paulo, nº 60, AGB-São Paulo, 1983, p. 73-140

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **"Espaciologia": Urna Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social)** in: Terra Livre AGB, São Paulo, nº 5. 1988. p. 21-45

VALVERDE, Orlando. **Carta Aberta de Orlando a Orlando**, in: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB-São Paulo, nº 60. 1983. p. 5-20

VESENTINI, José Carlos. **O que é Geografia Crítica?** Disponível em <http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm>. Último acesso em 24/03/2007.

VIANA, Myrna T. Rego. **Editorial – Porque Mudar?** In: Boletim Paulista de Geografia AGB-São Paulo, São Paulo, nº 51. 1976. p. 4-5